

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Energia residencial deve subir 9,8% este ano.....	2
Título: Capitalização da controladora de Itaipu e de parte da Eletronuclear dá novo passo	3
Título: Bolsonaro redobra aposta na PEC das bondades	4
Título: Destaques	5
Título: Eletrobras deve eleger conselho sem disputa	6
Título: Hidrelétrica pode deixar rombo bilionário	9
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	11
Título: Petroleiras recuam pelo segundo dia consecutivo	11
Título: ICMS Combustível e a guerra fiscal.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Petrobras anuncia novo reajuste no combustível de aviação e passagem vai ficar mais cara.....	14
Título: Petróleo cai 9%, sob temor de recessão; dólar vai a R\$ 5,38.....	14
VEÍCULO: O Globo.....	17
Título: Após preço crescer 700%, gás natural é força motriz de nova Guerra Fria.....	17
Título: Eletrobras: ação judicial pede R\$ 1 bi de usina no Madeira	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/07/2022**Seção:** Brasil**Autor:** Robson Rodrigues — De São Paulo**Título:** Energia residencial deve subir 9,8% este ano

A tarifa de energia residencial do brasileiro deve encerrar o ano de 2022 com alta média de 9,8%, de acordo com previsão da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia.

No primeiro semestre do ano, 20 distribuidoras passaram por reajustes tarifários homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com uma variação média realizada de 13,57%.

Entretanto, há ainda outras 33 concessionárias que vão passar pelo processo de revisão tarifária e devem observar uma alta média de 5,6%, menos da metade do reajuste médio do semestre.

Em conversa com o **Valor**, o diretor de regulação da TR Soluções, Helder Sousa, explica que a redução dos percentuais se deve principalmente ao fato de que a maior parte dos custos da crise hídrica ocorrida no ano passado já foi repassada às tarifas das concessionárias cujos processos tarifários se dão na segunda metade do ano.

“No caso daquelas que passaram pelo processo no primeiro semestre, os custos extras com a crise foram repassados às tarifas apenas neste ano, pressionando os percentuais. Para algumas distribuidoras, no segundo semestre, boa parte do custo associado ao risco hidrológico já foi incluída na tarifa de 2021”, afirma o diretor da TR Soluções.

Outro elemento que vai ajudar a desacelerar as variações das tarifas de energia é a perspectiva de aporte de R\$ 5 bilhões relativos às outorgas de hidrelétricas da Eletrobras ao orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) neste ano.

O montante, que já vem sendo considerado pela Aneel nos processos tarifários realizados nas últimas semanas, deve resultar numa redução média da ordem de 2,5 pontos percentuais nos reajustes deste ano.

O executivo diz ser complicado afirmar se essa alta média de 9,5% vai anular o efeito da redução da alíquota do ICMS da energia elétrica, já que o dado trata de consumidores de baixa tensão e o imposto varia de Estado para Estado com várias classificações por faixas de consumo e diferentes tipos.

As projeções da Ampere Consultoria apontam que as bandeiras tarifárias se mantenham verdes até o fim do ano, conforme previa a agência reguladora, já que a maioria dos modelos de clima indica que o início do próximo período úmido deverá ser marcado por chuvas dentro e até ligeiramente acima da média histórica em áreas importantes para a geração hidroelétrica, como as bacias dos Rios Grande, Paranaíba, Tocantins-Araguaia e Madeira.

Considerando essa perspectiva, a média do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) deve ser inferior a R\$ 100/MWh no segundo semestre. Além disso, o risco hidrológico (GSF) deve atingir um valor mínimo na faixa de 70% a 75% durante os meses de agosto e setembro, com recuperação ao longo do último trimestre, até atingir a marca de 90%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2022

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Capitalização da controladora de Itaipu e de parte da Eletronuclear dá novo passo

O governo encaminhou ontem ao Congresso o projeto de lei que viabilizará a capitalização da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.). A estatal foi criada no processo de privatização da Eletrobras e será a controladora da usina Itaipu Binacional e dos ativos nucleares da Eletronuclear. Essas atividades não poderiam ser entregues à iniciativa privada e continuarão sob o controle do Estado.

A mensagem encaminhada ao Parlamento prevê a abertura de crédito especial de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento em favor do Ministério de Minas e Energia.

Segundo o governo, o projeto de lei não afeta as metas de resultado primário, uma vez que haverá remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, sem afetar seu montante para o atual exercício. O governo também alega que as mudanças são compatíveis com a “regra de ouro” e o “novo regime fiscal”.

O ex-ministro de Minas e Energia almirante Bento Albuquerque é o nome mais cotado para assumir a presidência da ENBPar, que terá sede em Brasília. Atualmente, a empresa é comandada pelo vice-almirante Ney Zanella dos Santos.

Albuquerque deixou o governo em maio deste ano, em meio ao embate entre o presidente Jair Bolsonaro e a Petrobras por conta das seguidas altas dos preços dos combustíveis. Ele foi substituído por **Adolfo Sachsida**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2022

Seção: Política

Autor: Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Edna Simão — De Brasília

Título: Bolsonaro redobra aposta na PEC das bondades

A três meses da eleição, e em meio à expectativa de aprovação da PEC das bondades, o presidente Jair Bolsonaro (PL) convocou os ministros para uma ampla reunião no Palácio do Planalto realizada na manhã de ontem. Com destaque para o novo Auxílio Brasil de R\$ 600, o objetivo é acelerar a implementação dos benefícios sociais, alinhar o discurso e organizar o time. A campanha oficial na rua e nas redes sociais está autorizada em 40 dias, a partir de 16 de agosto.

O governo conta com a aprovação da PEC das bondades no plenário da Câmara na próxima semana, antes do recesso. Com isso, a orientação é agilizar os trâmites burocráticos para que os benefícios principais - o Auxílio Brasil reajustado de R\$ 400 para R\$ 600 (valor mínimo por família), o auxílio-combustível para caminhoneiros de R\$ 1.000, o auxílio para taxistas e o aumento do vale-gás - cheguem aos beneficiários o mais rápido possível. Aliados de Bolsonaro esperam que os efeitos dessas ações reflitam nas pesquisas antes do fim do mês.

A reunião no Palácio do Planalto, que contou com a presença de quase todos os ministros, começou por volta das 9h e estendeu-se até o meio-dia. Exonerado do cargo de assessor especial no dia 1º, o pré-candidato a vice-presidente, general Braga Netto, participou do encontro. Licenciado por questões de saúde, o ministro-chefe da Casa Civil e coordenador da campanha, Ciro Nogueira, não compareceu.

Ficou combinado que Bolsonaro e todos os ministros devem enaltecer o novo valor do Auxílio Brasil, de R\$ 600, em todas as manifestações, em eventos e nas redes sociais. Mas todos foram advertidos a exaltarem as ações do governo com equilíbrio e parcimônia, para não incorrer em ato de campanha antecipada. Apesar dos ataques do presidente aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e às urnas eletrônicas, há receio de violação da lei e de gerar mais atritos com a Justiça Eleitoral.

O publicitário Fabio Wajngarten, que passou a coordenar a comunicação da pré-campanha, também participou da reunião. As orientações do ex-secretário de Comunicação Social do governo são para que Bolsonaro e os auxiliares otimizem todos os espaços de mídia, como a realização de eventos, para divulgar as realizações do governo.

Wajngarten incorporou-se ao time há algumas semanas com a missão de reestruturar a comunicação da campanha, que tem o publicitário na linha de frente, o marqueteiro Duda Lima responsável pelos programas que irão ao ar no rádio e na televisão, e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) pilotando as redes sociais.

O presidente pretende capitalizar o pacote de bondades nos próximos eventos programados em sua agenda. Na sexta-feira, ele participa de atos com militares em Pirassununga (SP) e com a brigada paraquedista no Rio de Janeiro. No sábado, ele volta a participar das Marchas para Jesus: durante a manhã, em São Paulo, e à tarde, em Uberlândia (MG).

Bolsonaro tenta, assim, se recuperar nas pesquisas de intenção de voto. No último Datafolha, divulgado em 23 de junho, ele aparece com 28% das intenções de voto contra 47% do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2022

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Novas

usinas

solares

A empresa de comercialização e geração de energia Trinity Energia vai investir R\$ 28 milhões na instalação de duas usinas solares na cidade de Bom Sucesso, em

Minas Gerais. As plantas tem potência somada de 6,6 megawatt-pico (MWp) e devem estar conectadas até a primeira quinzena de julho. A geração anual de energia das plantas será de 12.839 megawatts-hora (MWh). Em equivalências energéticas, as usinas poderiam produzir energia para 3 mil residências, aproximadamente cerca de 20% dos habitantes da cidade mineira. O projeto faz parte do plano de expansão da Trinity Energias Renováveis, que é investir R\$ 450 milhões até 2026 em geração de energia solar. Além dessas duas usinas, a Trinity está iniciando a construção de mais duas outras plantas em Minas Gerais e duas no Rio de Janeiro, que juntas somam 25,9 MWp de potência instalada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2022

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol e Fábio Couto — Do Rio

Título: Eletrobras deve eleger conselho sem disputa

O novo conselho de administração da Eletrobras será definido em 5 de agosto. Os indicados partiram de acionistas como 3G Radar, Banco Clássico, SPX Equities, Vinci Equities e XP Gestão de Recursos, sócios de referência na companhia. Bem recebida pelo mercado, a formação foi articulada entre os investidores, inclusive a União, que segue com uma fatia de pouco mais de 40% do capital votante da nova empresa. Os nomes são de executivos com experiências no setor elétrico e em transformações de empresas. A expectativa, até o momento, é de que a eleição será conduzida sem chapas concorrentes ou voto múltiplo.

O objetivo com essa formação, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, é transmitir a ideia de que a governança será mais elevada e que não haverá interferência da União. Os indicados foram aprovados pelo Comitê Estatutário de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Eletrobras, em reunião na segunda-feira.

Uma vez cancelado o 'board', há um intervalo de 30 dias para escolher o presidente do colegiado. E um dos mais cotados para assumir o posto é Ivan Monteiro, atual co-CEO do Credit Suisse do Brasil, que não comenta o assunto. A escolha do presidente da Eletrobras deve ocorrer na sequência. Circulam no mercado nomes como o de Wilson Ferreira Jr. (atual presidente da Vibra e presidente da Eletrobras de 2016 a 2020), Raimundo Nonato de Castro (ex-presidente da Light) e Reynaldo Passanezi Filho (CEO da Cemig). Procurados, Ferreira Jr. e Passanezi não comentaram. Castro não foi localizado pela

reportagem. Na agenda dos novos conselheiros e da diretoria estarão entre os temas prioritários redução de custos, reorganizações societárias das subsidiárias e soluções para os passivos da companhia.

Indicados ao colegiado da Eletrobras reúnem experiência no setor elétrico e em mudanças em companhias

O atual CEO, Rodrigo Limp, foi especialista em regulação na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e diretor na agência. Sua experiência na área e relacionamento com o regulador agrada investidores. Há expectativa de que ele permaneça na direção da empresa, segundo um acionista da Eletrobras.

O conselho de administração da companhia é composto por 11 integrantes. Os donos de ações ordinárias indicaram: Carlos Augusto Leone Piani, Ivan Monteiro, Marcelo Gasparino, Marisete Pereira, Octavio Cortes Pereira Lopes e Vicente Falconi; todos novos nomes para o colegiado. Além deles, há três nomes sendo reconduzidos para novo mandato: Daniel Alves Ferreira, Felipe Villela Dias e Marcelo de Siqueira Freitas, este considerando não independente por ser ligado ao governo federal. São, ao todo, nove nomes. Consta ainda um indicado pelos acionistas donos de ações preferenciais, Pedro Batista, e o representante dos empregados, Carlos Eduardo Rodrigues Pereira.

Antes de assumir o posto no banco suíço há dois anos, Ivan Monteiro também foi presidente do Banco do Brasil e da Petrobras. A trajetória do executivo inclui assentos em conselhos de empresas de energia, como Ultrapar e CPFL Energia. Gasparino tem experiência em estatais e empresas abertas e Vicente Falconi, Marisete Pereira e Octávio Cortes vão agregar conhecimentos do setor elétrico. Carlos Piani tem experiência na gestão de corporations e é um dos responsáveis pelo 'case' da Equatorial Energia, uma empresa que começou pequena no Maranhão e hoje é referência no setor elétrico. Piani é o chairman da empresa e conselheiro da Vibra.

Marcelo Sandri, sócio e analista da Perfin Investimentos, diz que a Equatorial é inspiração na formação deste conselho: “A empresa começou fazendo aquisição de uma distribuidora de energia praticamente quebrada, do Maranhão, um dos Estados mais pobres do Brasil. Hoje é uma das referências do setor, uma máquina de aquisições e de ‘turnaround’ [reestruturação]. A Equatorial atua em quase todas as pontas do setor elétrico”, afirma Sandri.

Ao menos três membros do conselho devem ser considerados independentes. De acordo com a lista, apenas um deles não se enquadra nesta condição: Marcelo de

Siqueira Freitas, chefe de assessoria especial do Ministério da Economia. O advogado tem assento na atual composição do conselho da elétrica, e foi indicado pela União quando era controladora. Nessa nova chapa, seria reconduzido, também indicado pelo governo, agora não mais o principal acionista. Freitas também é conselheiro na Caixa e foi diretor jurídico do BNDES no governo Temer. Outros dois nomes que continuariam no conselho são Daniel Alves Ferreira e Felipe Villela Dias. Eleito pelos empregados, Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, manterá o assento. Além dessa lista, outro conselheiro será eleito pelos preferencialistas. O indicado é Pedro Batista, um dos fundadores da 3G Capital, acionista de referência da nova empresa.

Em 21 de junho, a Eletrobras divulgou a carta de renúncia de nove dos dez atuais conselheiros da ex-estatal. Permaneceu o representante dos empregados. A chapa candidata foi indicada em meados de junho e até o momento, não foi apresentada lista concorrente ou candidatos para serem eleitos via voto múltiplo. No sistema majoritário, os acionistas têm direito de solicitar que a votação seja por chapa ou individual, e o prazo para inscrição encerra-se em 12 de julho. Para que ocorra, o voto múltiplo precisa ser solicitado por acionistas com mais de 5% do capital votante, o que pode ocorrer até o dia 3 de agosto, 48 horas antes do início da assembleia. Por meio dele, os acionistas podem concentrar votos em candidatos, estratégia que aumenta as chances de eleição. “O ideal é que não haja pedido de voto múltiplo, para legitimar uma chapa construída em conjunto com principais investidores e governo”, diz uma fonte.

A assembleia também vai votar o prazo de três anos do mandato unificado de transição até a assembleia geral ordinária (AGO) de 2025. O regulamento do Nível 1 de governança corporativa da B3 abre espaço para um mandato unificado de três anos de forma excepcional quando deixar de existir acionista controlador, com mais de 50% do capital votante, caso da Eletrobras.

A companhia é muito grande e sua dinâmica de funcionamento atual é de uma estatal. Dessa forma, as mudanças esperadas para que tenha o ritmo de uma companhia privada não serão feitas do dia para noite. Os primeiros efeitos práticos devem ser sentidos a partir de meados de 2023, segundo um gestor.

De um lado, o entendimento do mercado é de que questões envolvendo governança não eram dos grandes problemas atuais da empresa. A Lei das Estatais (lei 13.303), por exemplo, aumentou o rigor e trouxe avanço para as companhias públicas, incluindo a empresa do setor elétrico. “A Eletrobras tem mais de 40 subsidiárias e cada uma tem que ter o seus conselhos, diversos

comitês. Há muitas camadas de governança exigidas pela Lei das Estatais que foram positivas, mas que poderão ser eliminadas. Há subsidiárias que podem ser consolidadas”, diz um acionista.

Do ponto de vista financeiro, questões tributárias devem estar inicialmente no foco da companhia, em busca de maior eficiência. A holding, por exemplo, apesar de uma melhora dos resultados, ainda apresenta prejuízos. Sem amarras de uma estatal, é mais fácil fazer acordos com credores, como aconteceu, por exemplo, com a Auren Energia (antiga Cesp). Em caso de litígios judiciais, uma estatal tem que ir até as últimas instâncias judiciais, uma vez que eventuais acordos podem ser questionados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/07/2022

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues — De São Paulo

Título: Hidrelétrica pode deixar rombo bilionário

O rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG) deixou 19 mortos, destruição, consequências ambientais no rio Doce e pode ainda deixar uma conta bilionária para o consumidor de energia e para algumas empresas do setor elétrico.

Isso porque a hidrelétrica Risoleta Neves, administrada pelo Consórcio Candonga, foi devastada pela onda de lama e detritos, causando o total assoreamento do reservatório, inviabilizando a operação da usina. A planta tem 140 MW de potência, e o reservatório impediu que um volume ainda maior de rejeitos de mineração escoasse em direção à foz no Espírito Santo.

Desde novembro de 2015 sem gerar energia, a usina teve sua operação suspensa pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até que a condição operativa fosse restabelecida. Em vez de o Consórcio Candonga pedir a reparação dos danos à Samarco, causadora da tragédia, o grupo moveu a uma ação contra a Aneel para anular os atos administrativos da agência.

O resultado foi que, por mais de cinco anos sem gerar nenhum quilowatt-hora de energia, a usina recebeu valores de compensação financeira do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) - um sistema de compartilhamento de riscos de escassez de chuvas entre hidrelétricas, que garante às usinas o recebimento de

um percentual da energia gerada. Parte desses recursos são cobrados dos consumidores, através da conta de luz.

Fontes ligadas ao processo contaram, sob condição de anonimato, que a explicação pode estar na composição da cadeia societária do consórcio e da causadora do dano, a Samarco. A hidrelétrica pertence meio a meio à Aliança Energia e à Vale, mas a mineradora tem 55% da Aliança. Ou seja, a Vale é a principal acionista, com 77,5%. A Cemig detém a fatia restante da sociedade. Além disso, Vale é também uma das sócias da Samarco, junto com a BHP Billiton.

Em outubro de 2021, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu o recurso da Aneel e o MRE deixou de amargar os prejuízos impostos da usina fantasma. Segundo o relator, o ministro Humberto Martins, a Aneel indicou prejuízo superior a R\$ 420 milhões para as usinas que compõem o MRE, sendo que 30% foi repassado aos consumidores cativos de energia elétrica.

Em comunicado, a mineradora Vale disse que meses antes, em julho de 2021, apresentou à Aneel um termo de compromisso para neutralizar os repasses financeiros em razão da perda de geração da usina Risoleta. A proposta previa o pagamento dos valores decorrentes da paralisação desde a catástrofe em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015, até dezembro de 2022. Os valores retroativos corrigidos, já repassados à usina, são estimados em R\$ 781 milhões.

A Cemig acusa a Vale de não cumprir o acordo e diz que o consórcio figura como vítima do ocorrido em Mariana (MG). “A Vale não pagou o valor que se comprometeu no Comunicado ao Mercado. Cada parte do consórcio realizou o pagamento de sua cota, prejudicando a Aliança e indiretamente a Cemig, vítimas do evento”.

A Cemig ressalta que a Aliança, o Candonga e a Cemig são entidades distintas, porém vítimas do ilícito cometido por Vale, Samarco e BHP. “A transferência de pagamentos relativos aos prejuízos causados para sociedades de que fazem parte não se afigura correta. Dessa forma, a Cemig atua em face dessas empresas, interna e externamente (inclusive judicialmente), para que os prejuízos sejam ressarcidos pelo efetivo responsável”.

O Consórcio Candonga mantém o processo ativo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para ser recolocado no MRE. Procurado, o consórcio não respondeu porque quer receber os recursos do MRE, sendo que não pode gerar energia, e informou apenas que não comenta ações judiciais em andamento.

Juristas afirmam categoricamente que um consórcio não tem personalidade jurídica, ou seja, Candonga estaria agindo por determinação das controladoras para retornar ao MRE e ficar com o valor recebido. “Se Candonga ganhar o processo, quando transitar em julgado, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vai recontabilizar tudo de novo em favor do consórcio. A depender do prazo, o valor corrigido será bilionário”, disse uma fonte.

A advogada especialista em direito societário, Sheila Shimada, entende que há uma questão moral. Por conta disso, o STJ identificou o conflito e retirou o Candonga do MRE. Shimada avalia que a probabilidade da decisão do STJ ser revertida é improvável.

“Permitir que o consórcio recebesse os valores da MRE através do sustento de outras hidrelétricas, beneficiando indiretamente a Vale, causadora dos danos, seria a mesma coisa que aprovar a sua conduta em Mariana (MG)”.

Procurada, a Vale disse em nota que “a ação anulatória foi ajuizada pelo Consórcio Candonga em desfavor da Aneel, não sendo a Vale parte diretamente envolvida na ação. A ação judicial ainda não teve decisão definitiva”.

A Samarco disse que executa as obras para reparação de danos no reservatório da usina, por meio de diversas ações, especialmente o desassoreamento na área de alagamento da hidrelétrica e a conclusão das obras e liberação para enchimento do reservatório está prevista para o final de 2022. A empresa, todavia, não disse quanto está investindo na recuperação.

É possível ainda que a hidrelétrica nunca mais volte a operar. Um executivo de alto escalão ligado ao processo contou ao **Valor** que a usina é irrecuperável e terá que ser desmontada. A mesma fonte disse que a Aliança está acionando judicialmente a Samarco.

Procurada, a Aliança disse que não se manifesta sobre as ações judiciais em andamento. A BHP não quis se pronunciar.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 06/07/2022

Seção: Colunas

Autor: Ana Pula Graboys, Circe Bonatelli e Matheus Piovesana/Cristiane Barbieri(edição)

Título: Petroleiras recuam pelo segundo dia consecutivo

Coluna do Broadcast**DESCE**

A queda do petróleo no mercado internacional ontem, reflexo do temor cada vez maior de uma recessão global, pressionou os papéis das empresas petrolíferas na bolsa. O movimento fez o Ibovespa fechar no vermelho pelo segundo dia consecutivo, com as petroleiras entre as maiores baixas. Os papéis da 3R Petroleum caíram 7,44% e os da PetroRio, 7,11%. Já as ações ON da Petrobras recuaram 4,27% e as PN, 3,81%.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo**Data: 06/07/2022****Seção: Espaço Aberto****Autor: Diana Bittencourt e Leandro Razera****Título: ICMS Combustível e a guerra fiscal**

Na atualidade, está em pauta o estabelecimento de um teto para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, a fim de mitigar os efeitos drásticos no bolso do sujeito passivo tributário (contribuinte/responsável tributário).

No entanto, estabelecer um teto para o ICMS sobre combustíveis não garante que o preço desses produtos vá cair nas bombas dos postos de gasolina, tendo em vista que a redução do imposto pode ser mitigada pelas próprias empresas do setor, que podem aumentar seus lucros.

Desta forma, entender a gênese da questão do problema do ICMS no Brasil, a guerra fiscal, torna-se fundamental para compreender que reformas fatiadas para suprir emergências, tal como a alta do preço de combustíveis, não são suficientes para garantir entre os entes federativos um desenvolvimento econômico sustentável e, muito menos, para reduzir o impacto no bolso daqueles que suportam o ônus econômico oriundo desta questão do ICMS.

No que concerne a esse imposto, o ponto fulcral da problemática está no fato de que, nas operações internas, há uma competição predatória entre os Estados para que se consagrem na posição de Estado de origem, a fim de lograrem êxito na consecução de uma maior arrecadação tributária a título de ICMS.

Em razão disso, as vantagens que os benefícios fiscais trariam num cenário em que a competição é saudável acabam não ocorrendo no Brasil, tendo em vista que a competição entre os Estados foge desses limites tidos como naturais no mercado.

Quanto aos efeitos nefastos disso, podemos citar a ineficiência da operacionalidade de empresas que optam pela mudança de sua estrutura de business em função do benefício fiscal, assim como também se averigua que a própria seletividade resta comprometida por causa da tributação baixa de produtos que, na verdade, deveriam ser tributados de forma mais elevada.

Em adição, verificamos outros impactos negativos, tais como: erosão da base tributária estadual; deterioração das relações federativas; incapacidade do ente público no financiamento da maximização do bem-estar da população; e distorções concorrenciais e insegurança jurídica.

Neste cenário, é plausível ratificar que a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional aparece como uma forma de resolver definitivamente a guerra fiscal, embora se mostre como uma reforma um pouco mais drástica e que depende da colaboração de todos os Estados-membros do pacto federativo brasileiro.

Por causa disso, é imprescindível aliar a essa ideia do IVA nacional um projeto de gasto eficiente. Sabe-se que o Brasil, em nível internacional, é considerado um dos países que mais arrecadam, mas que, em razão da ineficiência por intermédio da qual se opera o gasto público, assim como também em razão da regressividade do seu sistema tributário, tem uma das maiores desigualdades sociais.

Combater esse problema demanda uma maior consciência dos entes políticos quanto à necessidade de cooperação, solidariedade e supremacia do interesse da República Federativa do Brasil, em detrimento dos interesses que atendam, unicamente, a cada membro do pacto federativo brasileiro de forma isolada.

No presente caso, a União promoveria a criação de um Órgão Nacional de Estudo das Formas de Combate às Diferenças Regionais, cuja atuação, no que tange à promoção de um gasto público eficiente, ocorreria com a cooperação de outros órgãos de estudo, devendo haver um grupo de especialistas numa determinada gama de assuntos, como Engenharia (infraestrutura), Economia, Direito Administrativo, Sociologia e Psicologia, compondo um órgão independente, concentrado em cada região do País, que passaria as informações para este Órgão Nacional de Estudo das Formas de Combate às Diferenças Regionais.

Dessa forma, o órgão de estudo da Região Sul apresentaria as necessidades dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas informações, ao serem encaminhadas ao órgão nacional, seriam confrontadas com as fornecidas pelos órgãos das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste quanto às demandas dos Estados que as integram, com o intuito de ser estudada a forma por intermédio da qual, de maneira mais efetiva, se conseguiria promover um desenvolvimento equânime entre esses Estados.

Por conseguinte, infere-se que este gasto mais eficiente, aliado à concentração de todos os tributos sobre o consumo num IVA nacional cuja receita seria integralmente destinada aos Estados, apesar de a distribuição da receita estar a cargo da União, é uma forma eficiente de dar robustez a um desenvolvimento regional igualitário, bem como teria por resultado o fim da guerra fiscal e, como consequência, reduziria o preço do combustível no ponto final da cadeia produtiva, com impacto positivo na bomba.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/07/2022

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras anuncia novo reajuste no combustível de aviação e passagem vai ficar mais cara

A Petrobras anunciou nesta terça (5) mais um reajuste, de 3,9%, no preço médio do combustível de aviação em 15 refinarias. Também conhecido pela sigla QAV-1, o combustível é utilizado em aviões e helicópteros e responde por um terço dos custos das companhias aéreas. Neste ano, o item acumula alta 70,6%, depois de ter subido 92% em todo o ano passado em relação a 2020. Segundo as companhias aéreas, as passagens vão ficar mais caras nos próximos dias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/07/2022

Seção: Mercado

Autor: Clayton Castelani

Título: Petróleo cai 9%, sob temor de recessão; dólar vai a R\$ 5,38

Moeda americana avança 1,16% e atinge maior cotação desde 28 de janeiro; ações da Petrobras desabam

O temor de recessão generalizada voltou a incomodar os mercados e afundou o preço do petróleo nesta terça-feira (5), contrariando expectativas de alta devido às pressões inflacionárias que a Guerra na Ucrânia impõe sobre a commodity.

No mercado internacional, o preço de referência do barril da matéria-prima em estado bruto caía 9,33% no encerramento do dia, a US\$ 102,91.

A cotação desse tipo de petróleo, classificado como Brent, pode chegar a US\$ 65 em caso de recessão global liderada pela desaceleração da economia dos EUA, segundo avaliação do Citigroup, reportada pela Bloomberg.

A projeção do Citigroup contraria a recente expectativa de elevação a US\$ 380 do Brent apontada pelo JPMorgan, que considera um cenário em que a Rússia elevaria substancialmente os preços da sua produção em resposta às sanções impostas pelo Ocidente.

O contexto desfavorável às commodities levou para o fundo as duas principais empresas da Bolsa brasileira.

As ações preferenciais da Petrobras, as mais negociadas neste pregão, caíram 3,81%. Os papéis ordinários despencaram 4,27%. As ações ordinárias da mineradora Vale fecharam em queda de 0,50%.

Esses resultados contribuíram para a queda de 0,32% do Ibovespa, índice de referência da Bolsa, que fechou com a pontuação de 98.294.

Em resposta ao risco, investidores buscaram ativos ligados ao dólar, provocando forte valorização da moeda americana.

No mercado de câmbio, a divisa estrangeira subiu 1,16%, para R\$ 5,3870, a sua maior cotação desde 28 de janeiro.

“O Brent caiu quase 10%, principalmente por reflexo de temores de recessão. O receio é que, com os bancos centrais das principais economias subindo juros para controlar a inflação, ocorra uma desaceleração econômica muito rápida”, comentou Jennie Li, estrategista de ações da XP.

Na contramão do setor de commodities, o varejo apresentou recuperação robusta nesta sessão da Bolsa. Magazine Luiza, Via e Americanas dispararam 11,74%, 11.48% e 9.73%, respectivamente.

“São papéis que estava extremamente desvalorizados e passaram hoje por processo de repique”, comentou Leandro Petrokas, sócio da Quantzed.

Analistas ouvidos pela agência Reuters atribuíram a alta do varejo à expectativa de injeção de recursos na economia com o avanço no Congresso da PEC que autoriza bilhões para caminhoneiros, taxistas e Auxílio Brasil em ano eleitoral.

As taxas de juros dos contratos DI (Depósitos Interbancários) de curto prazo voltaram a apontar para o alto pelo segundo dia consecutivo, após uma trégua na semana passada. Negociada entre bancos, a taxa DI sobe quando o setor espera que o Banco Central será obrigado a aumentar os juros básicos (Selic) para segurar a inflação.

Na Bolsa de Nova York, o indicador S&P 500, que chegou a cair mais de 2% durante a sessão, avançou no final do dia para fechar com ligeira alta de 0,16%.

O impulso veio do setor de tecnologia, cujo índice focado nesse segmento, o Nasdaq, ganhou 1,75%. Mas, no grupo das empresas de grande valor, a sessão foi negativa, com queda de 0,42% do índice Dow Jones.

Na véspera, o Ibovespa caíra 0,35%, a 98.608,76 pontos, em um dia de pouca liquidez no mercado devido ao feriado do Dia da Independência nos Estados Unidos.

“O retorno dos negócios nos Estados Unidos [após o feriado] encontrou uma sessão de aversão a risco global nos mercados, com os temores com uma reação agressiva dos bancos centrais e uma consequente recessão pesando nos preços das bolsas e das commodities”, comentou Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura. “Não é uma prescrição animadora para o Ibovespa”, disse.

A Bolsa vem apresentando prejuízos devido a um cenário que mistura medo de uma forte desaceleração nas principais economias do planeta e risco de que o governo brasileiro provoque prejuízos à execução futura do Orçamento ao aumentar gastos em uma tentativa de melhorar a popularidade do presidente

Jair

Bolsonaro

(PL).

No fechamento do segundo trimestre de 2022, o Ibovespa afundou 17,88%.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/07/2022****Seção: O Mundo****Autor: Gerson Freitas Jr. Stephen Stapczynski Anna Shiryayevskaya****Título: Após preço crescer 700%, gás natural é força motriz de nova Guerra Fria**

Energia geopolítica

Em 8 de junho, houve um pequeno incêndio em um terminal no Texas que pega o gás natural das bacias de xisto dos EUA, liquefaz o produto e o envia para a exportação. O fogo foi apagado em cerca de 40 minutos e ninguém se feriu — algo que em outros tempos seria, no máximo, uma notícia local. Mas, após mais de três semanas, os impactos políticos e financeiros ainda são sentidos pelo mundo.

A repercussão foi tamanha porque o gás natural é hoje a commodity mais em voga do mundo. É força motriz da inflação global, registrando aumentos de preço que são extremos até para a turbulência do mercado: na Europa, a alta desde o início do ano passado foi de cerca de 700%, deixando o continente às margens de uma recessão.

É também um elemento central nas disputas entre as grandes potências, tão intensas que, nas capitais ocidentais, planos contra a crise climática vêm ficando para trás. Na prática, o gás hoje rivaliza com o petróleo como o combustível que molda a geopolítica. E não está disponível em volume suficiente para todos.

IMPACTO

DA

GUERRA

A guerra na Ucrânia levou a disputa a um novo patamar, reduzindo de forma significativa a oferta com os cortes de gás russo à Europa. A corrida para suprir esse espaço está se transformando em uma debandada global, com países correndo para garantir seus estoques de gás antes do verão no Hemisfério Norte.

A Alemanha diz que a escassez pode causar um colapso tal qual o do banco

Lehman Brothers, evento catalisador da crise econômica de 2007, diante do risco das indústrias e moradores da maior economia europeia ficarem sem energia. O oleoduto Nord Stream 1, principal via de distribuição do gás russo para o país do chanceler Olaf Scholz, vai fechar por 10 dias, a partir de 11 de julho, para manutenção. Há temores de que Moscou não volte a reabri-lo.

Os líderes do G7, que reúne as sete economias mais industrializadas do planeta, buscam formas de limitar o lucro russo com a venda de gás, dinheiro que ajuda Moscou a financiar a invasão da Ucrânia. Já países pobres que construíram suas malhas energéticas apostando no gás barato agora enfrentam dificuldades para custeá-lo.

— É como 1970 para o gás natural — disse Kevin Book, diretor na ClearView Energy, uma empresa de pesquisa em Washington. — O mundo agora pensa no gás como antes pensou no petróleo, e o papel central que o gás tem nas economias modernas e a necessidade de uma oferta garantida e diversa ficaram muito visíveis.

Enquanto a globalização parece ficar em segundo plano em parte significativa da economia mundial, o comércio do gás anda na direção oposta: torna-se cada vez mais global, mas talvez em uma velocidade aquém do necessário. Muitos países recorrem a ele como parte da transição para uma economia verde, enquanto tentam deixar de lado fontes mais poluentes como o carvão.

Grandes produtores veem a demanda aumentar: 44 países importaram gás natural no ano passado, quase duas vezes mais que há uma década. Mas o combustível é muito mais difícil de transportar pelo planeta que o petróleo, pois precisa ser liquefeito em lugares como a planta de Freeport, no Texas.

EFEITO

DESPROPORCIONAL

É por isso que um pequeno incêndio em uma instalação que não é a maior ou a mais sofisticada da costa dos EUA teve um impacto tão desproporcional. Nas semanas desde que Freetown precisou fechar temporariamente, o preço do gás na Europa e na Ásia subiu mais de 60% — escalada que coincidiu também com o acirramento dos cortes no fluxo russo.

Nos EUA, comparativamente, o preço do combustível no país caiu quase 40%.

Como uma parcela do gás não poderá mais ser liquefeita, restará mais para o uso doméstico.

A guerra e a Covid-19 podem ter impactado o preço de todas as commodities. Mas pouco se compara com a grande volatilidade do preço global do gás: na Ásia, é hoje quase o triplo de há três anos. Na Europa, é um dos principais motivos para a escalada recorde da inflação.

O gás permanece mais barato nos EUA, mas até lá os preços haviam mais que dobrado neste ano até o incêndio em Freeport. Com aliados de Washington, como a Alemanha e a Ucrânia, ávidos pelo gás americano, os produtores neste lado do Atlântico alertam que o aumento das exportações pode culminar na escalada do preço em casa, como mostrado pela reação do mercado após a pequena explosão.

Para atender à nova demanda, serão necessários investimentos pesados. Eles não só já estão em curso, como receberam um aval na semana passada, quando os chefes de governo do G7 prometeram direcionar recursos públicos para investir em gás. É, disseram, “uma resposta necessária à crise atual”.

INFRAESTRUTURA

Entre a infraestrutura mais necessária estão terminais para a exportação de gás, principalmente na América do Norte. Na Europa, já foram anunciadas a construção de 20 instalações de importação — a Alemanha, que não tem nenhuma, alocou US\$ 3 bilhões para fretar quatro terminais flutuantes, mas o primeiro só estará pronto no fim do ano.

A China, maior compradora de gás natural do mundo, também expande suas instalações para a compra de gás. Dez novos terminais devem entrar na ativa neste ano, e a expectativa é de que a capacidade chinesa praticamente dobre até 2025, segundo levantamento da Bloomberg Intelligence. Os estaleiros sul-coreanos, de onde vêm a maior parte dos navios que transportam gás, também veem um aumento dos pedidos incompatível com a disponibilidade de mão de obra, levando Seul a elevar as cotas para imigrantes especializados.

Os esforços europeus, porém, serão insuficientes: segundo cálculos da Bloomberg Intelligence, podem suprir só 40% da demanda da região até 2026. É

o dobro do registrado no ano passado, mas ainda distante do necessário. Por isso, a Alemanha prepara às pressas uma mudança na lei para permitir socorrer empresas de energia em apuros. Muito dependente do insumo russo, a Uniper deve ser a primeira beneficiada. Autoridades informaram na segunda que a companhia precisa receber até € 9 bilhões — ou cerca de duas vezes seu valor de mercado.

Para algumas economias emergentes, que precisam competir pelo gás com países ricos como a Alemanha, as consequências já são desastrosas. No Paquistão, cuja malha energética tem grande dependência do combustível, o racionamento de energia causa apagões programados nos meses de verão. Shoppings e fábricas fecham mais cedo, e o próprio governo foi obrigado a reduzir suas horas de trabalho.

A Tailândia reduziu suas importações, pondo o país em risco de ver a escassez de combustíveis. Mianmar, que já lida com grande instabilidade política, suspendeu todas as importações de gás no ano passado, quando os preços começaram a escalar. Índia e China também reduziram suas importações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/07/2022

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Eletrobras: ação judicial pede R\$ 1 bi de usina no Madeira

Andrade Gutierrez, Novonor e Construtora Odebrecht querem pagamento parcial de arbitragem desfavorável à Santo Antônio Energia

Passado o processo de privatização da Eletrobras, a empresa se depara agora com percalços de seu primeiro esqueleto: os questionamentos envolvendo a Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Porto Velho, RO.

A companhia informou ser alvo de uma ação judicial pedindo parte do pagamento previsto em sentença arbitral resultante de uma disputa entre a Santo Antônio Energia e o consórcio construtor da usina. A ação, movida pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia, Novonor Serviços e Participações (antiga Odebrecht) e CNO (Construtora Norberto Odebrecht), que integram o consórcio,

pede o pagamento de R\$ 962 milhões.

A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia, na qual Furnas, subsidiária da Eletrobras, detém atualmente 72,36% do capital social. Em março deste ano, a Eletrobras disse que a disputa arbitral com as construtoras chega a R\$ 1,488 bilhão. Porém, como o valor vem sendo questionado e, como informou a companhia, “ainda se encontra em andamento, pendente de decisão final”, a quantia não foi executada.

No comunicado divulgado anteontem, a Eletrobras fala apenas em “execução parcial de sentença arbitral”. A companhia disse que a Santo Antônio Energia “discorda e avalia as medidas cabíveis”. O processo de execução está sob sigilo, informou a companhia.

Esta, porém, não é a única disputa judicial envolvendo Santo Antônio. Em abril deste ano, a companhia divulgou um comunicado relatando que havia tomado ciência de uma outra ação de execução parcial de sentença arbitral por parte do CCSA (o consórcio construtor da usina e que inclui outras empresas além da Andrade Gutierrez, Novonor e CNO), mas no valor de R\$ 645 milhões’.

MAIS PROBLEMAS PODEM VIR

Procurada, a Eletrobras não quis comentar o andamento dessas disputas.

Segundo Clarice Ferraz, diretora do Instituto Ilumina, podem ocorrer novos problemas envolvendo a usina de Santo Antônio. A especialista lembra que todas as discussões envolvem problemas da época da construção do empreendimento. Em maio, durante a divulgação do resultado financeiro do primeiro trimestre deste ano, a Eletrobras informou impacto contábil total de R\$ 2,069 bilhões no balanço por conta da arbitragem de Santo Antônio.

— Pode ter mais problemas. Em Santo Antônio, as discussões envolvem custos de obra. Eles perderam a disputa e tiveram que pagar. Isso é reflexo do mesmo problema que criou o passivo que levou Furnas a fazer um aporte às vésperas da privatização da Eletrobras — disse ela, lembrando que a Eletrobras fez um aumento de capital na Madeira Energia para assumir o pagamento referente à arbitragem.

Assim, esse aumento de capital foi aprovado pelos debenturistas da companhia no dia limite para resolver o imbróglio e permitir a privatização da Eletrobras. Se isso não fosse feito, os vencimentos das dívidas contraídas pela Santo Antônio poderiam ser antecipados de forma automática, tendo de ser cobertos pela estatal, inviabilizando o processo de privatização.

Segundo a Eletrobras, esse vencimento antecipado de dívidas somaria 42% do endividamento consolidado da companhia, que é de R\$ 41,63 bilhões, de acordo com o prospecto.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)Quarta-feira 6 de JULHO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 47013
estado.com.br

E&N Oportunidade de investimento — B1 e B2

Com risco fiscal em alta, título do Tesouro já paga juro real de 6%

Taxa dos papéis de longo prazo é a maior da gestão Bolsonaro

O mercado financeiro está exigindo juros mais altos para adquirir títulos de longo prazo do governo. As taxas atingiram o maior nível da gestão de Jair Bolsonaro e refletem o temor de descontrolar fiscal após medidas como a "PEC Kamikaze", que fura o teto de gastos. Ontem, o Tesouro Na-

Notas e Informações — A3
A PEC que estacalha a Constituição

cional aceitou pagar juros de 6,17% para vender seus papéis atrelados ao IPCA, as NTN-Bs, com vencimento em 40 anos, o

mais longo da dívida pública doméstica. No início do governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, as taxas estavam em 4,76%. A alta na remuneração abre oportunidade para quem quer investir, dizem especialistas. Eles alertam, porém, que é preciso avaliar o prazo dos títulos. Resgates antes do vencimento podem significar prejuízo.



Construção civil se destaca na geração de empregos

Contratado em dezembro por uma construtora, o haitiano Hods Rain mantém família em SP e ajuda pai e irmão na República Dominicana: emprego na construção civil cresceu 30% em dois anos no Brasil, mas juros altos ameaçam desacelerar setor. — B11

Cinema — C1

Amor é a salvação no novo 'Thor'

Natalie Portman e Chris Hemsworth estão em *Thor: Amor e Trovão*, que chega amanhã aos cinemas.



7 mortos em desfile nos EUA — A7
Atirador planejou ataque e fugiu com roupas de mulher

Libertadores da América — A13
Na Bombonera, Corinthians elimina Boca nos pênaltis

A fundo — A14 e A15
Como o mundo regula o cigarro eletrônico



Jornal do Carro — D1

Honda HR-V mira SUVs médios

Vitória do Planalto — A6

Possibilidade de CPI do MEC perde força; oposição fala em ir ao STF

O governo Bolsonaro conseguiu empurrar a CPI do MEC para depois da eleição. Com isso, a investigação parlamentar sobre um gabinete paralelo no ministério não deve sair.

"Empurrar para após as eleições é o mesmo que não apurar"
Simone Tebet (MDB-MS)

Alvo do momento — A11

Joalherias de shoppings vivem onda de roubos com troca de tiros

Levantamento indica pelo menos 16 ataques desde o início do ano, em seis Estados e no DF. Tiroteios são constantes.

E&N Sucessão — B15

Caixa cria canal para mulheres denunciarem abuso à nova presidente

Em posse, economista Daniella Marques diz que banco será "mãe da causa feminina" e promete acesso direto a ela.

Lastro — A10

El Salvador aposta no bitcoin e sonho derrete com a criptomoeda

Há um ano, país adotou o ativo digital como moeda oficial. Agora, reserva nacional em bitcoin perdeu 60% do valor.

Marcelo Godoy — A7

O papel das instituições

Fábio Alves — B8
Após a inflação, recessão

Felipe Matos — B16
Demissões nas startups são correção de valor

Edição de hoje
4 CADERNOS - 52 páginas

Caderno A, Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, A fundo, Para fechar...
E&N, Destacar Economia & Negócios

C2, Cultura e Comportamento

JC, Jornal do Carro

Tempo em SP
12" Min. 28" Máx.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 * Nº 34.062

QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2022

R\$ 5,00

ENTREVISTA

Kimberly Johnson

Feminismo atual
está indo na
contramão da
biologia da mulher

Cotidiano B3

Saída de secretários
agrava crise no
governo de Boris

A renúncia de dois membros experientes do governo britânico — Rishi Sunak (Finanças) e Sajid Javid (Saúde) — indica que este pode sofrer o golpe final na gestão de Boris Johnson, já fragilizada pelo escândalo do "partygate". Mundo A10

Sob onda de protestos,
quatro ministros deixam
cargo no Equador A10

Marilene Felinto

Por colonizador,
Bial esquece
histórias negras

A justa homenagem da Bienal não seria à literatura de países africanos de expressão portuguesa? Homenagear o colonizador reflete visão eurocêntrica e subalterna de nossos círculos culturais. Corrida B8



A ativista americana Kimberly Johnson, em São Paulo

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ato contra palestra na Unicamp
revela censura na esquerda ASFrança diz a aliados que
disputará vaga no Senado
O ex-governador Márcio França (PSB) disse ao partido que disputará o Senado na chapa de Fernando Hadad (PT) ao governo. ASGestão Doria/Rodrigo
multiplica verba política
Relatório do TCU indica explosão de liberação de verba de caráter político pelo Governo de São Paulo e descontrolado de gastos. ASLíderes do Senado
seguram CPI do MEC
para depois da eleição

Parlamentares dizem que adiamento evita 'contaminação eleitoral' da comissão; oposição fala em recorrer ao STF

Líderes de bancada do Senado indicaram ontem que vão segurar a instalação da CPI sobre casos de corrupção no MEC para, pelo menos, após as eleições.

Em reação, o autor do requerimento, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), deu prazo até hoje para o documento ser lido no plenário e disse que recorrerá ao STF para tentar garantir a comissão.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que vai ler a requisição de abertura da CPI até amanhã, mas declarou que os líderes decidiram começar os trabalhos depois do pleito, "evitando-se a contaminação das investigações".

Eles também argumentaram que a maioria dos senadores estará envolvida na campanha eleitoral.

Segundo Pacheco, não há espaço para o Supremo repetir o que fez com a CPI da Covid e obrigar o Senado a instaurar a comissão.

Pivô do escândalo na Educação, o ex-ministro Milton Ribeiro pediu ao STF arquivamento da investigação. Ele alega que o áudio no qual diz priorizar liberação de verba solicitada por pastores é prova ilícita. Política A4

Caixa pagou obra de R\$ 50 mil
na casa de Pedro Guimarães

A Caixa custeou, em julho de 2020, obras na casa em que o então presidente Pedro Guimarães mora em Brasília, informam Lucas Marchesini e Fabio Serapião. A EMIBM Engenharia foi responsável por instalar postes de luz, a um custo de cerca de R\$ 50 mil.

A defesa de Guimarães confirmou a realização das melhorias e disse que foram autorizadas pelo setor de segurança após supostas ameaças recebidas pelo à época presidente. A Caixa afirmou que as intervenções estão previstas em normas internas. Mercado A13

Relator na Câmara
recua de mudanças
na PEC dos gastos

Danilo Forte (União-CE) recuou de incluir motoristas de aplicativo e de retirar menção à estado de emergência na PEC para agilizar a votação. Representantes de municípios se reuniram com o presidente para debater impactos nas contas das prefeituras. Mercado A14



NOVO PONTO DA CRACOLÂNDIA FECHA RUA DOS GUSMÕES E GERA INSEGURANÇA NA SANTA IFIGÊNIA, NO CENTRO DE SP

Usuários na esquina com a avenida Rio Branco; aglomeração ocorre após ação policial na semana passada perto do local, onde comerciantes relatam medo de furtos e falta de clientes Cotidiano B2

Ambiente B1

Auxílios
à culturaCongresso derruba
vetos de Bolsonaro e
aprova leis Aldir Blanc
e Paulo Gustavo

Esporte B7

Corinthians vence o
Boca nos pênaltis e
segue na Libertadores

Ambiente B1

Aquecimento global
intensificou chuvas
no NE, sugere estudo

semináriosfolha

O Brasil e o mundo após a COP26

Um debate sobre as oportunidades e os desafios para garantir os compromissos da última conferência do clima; evento apoiado pela Open Society Foundations

DEBATE 1

O planeta pós-Glasgow

DEBATE 2

Os desafios brasileiros

HOJE

11h

Assista ao vivo em
folha.com/
planetaemtranse

Saiba mais na página A7

planeta
em transeFOLHA
DE S. PAULO

EDITORIAIS A2

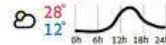
Espantanto argentino
Sobre a crise política e econômica no país vizinho.

Ensino arejado

Acerca de visões dos brasileiros relativas à educação.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Fonte: www.climatempo.com.br

VerCapas.com.br

34062

9 771414 572049

'Thor: amor e trovão': Taika Waititi diz que em seu filme o herói vive uma crise de meia-idade

SEGUNDO-CADERNO

Comédia romântica. Natalie Portman e Chris Hemsworth, no papel-título, formam um casal no longa

O GLOBO

Início Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2022 ANO XXVII - Nº 32.475 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

EMERGÊNCIA ELEITORAL

Congresso indica R\$ 6 bilhões do orçamento secreto em duas semanas

Medida ocorre com governo sob pressão por aprovação da PEC e possibilidade de CPI do MEC

Diante da pressão do governo pela aprovação da PEC Eleitoral e da possibilidade de instalação de CPI para apurar suposta corrupção no MEC, o Congresso indicou, em duas semanas, R\$ 6,1 bilhões em emendas do chamado orçamento secreto. O valor dos pedidos, publicados ontem, é praticamente o dobro do que ha-

via sido indicado desde o início de maio. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prometeu apoio à PEC desde que o Executivo conseguisse manter o compromisso. A legislação eleitoral impede a transferência de recursos nos três meses que antecedem a eleição, período que começou no último sábado. **PÁGINA 4**



Discursos. Paulo Guedes (à esquerda) e Bolsonaro (de costas) participam da posse de Daniela Marques (em pé)

Posse com promessa de mudança

Ao tomar posse como nova presidente da Caixa, em substituição a Pedro Guimarães, que se demitiu em meio a acusações de assédio sexual e moral, Daniela Marques afirmou que vai afastar 26 consultores estratégicos li-

gados ao antecessor e reestruturar canal de denúncias. Na cerimônia, o presidente Jair Bolsonaro, sem comentar a questão do assédio, afirmou: "Não começa uma nova era aqui na Caixa, a Caixa continua". **PÁGINA 17**

CPI DO MEC

Senado vai instalar comissão só depois das eleições **PÁGINA 5**

VERA MAGALHÃES

Kassab e Paes criticaram Bolsonaro, agora querem os votos dele **PÁGINA 2**

ELIO GASPARI

Diplomacia de malcriações não traz ganho ao país **PÁGINA 3**



Cidade menos engarrafada

Efeito do trabalho híbrido adotado por empresas, e reforçado pela alta no preço dos combustíveis, os engarrafamentos no Rio diminuíram em relação a 2019, como demonstram as vias da Lagoa: em junho, o índice foi 22% menor que no mesmo mês pré-pandemia. Especialistas acreditam que mudança veio para ficar. **PÁGINA 26**

Insegurança e medo ainda são a tônica no Vale do Javari após mortes

Um mês após as mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips, indígenas do Vale do Javari relatam que vêm sofrendo ameaças de morte. Em visita, Defensoria Pública destacou "o desespero e a total falta de segurança" que afetam indígenas e servidores da Funai. **PÁGINA 12**

Pesquisa mostra que efeito estufa causou chuvas no Nordeste

Estudo de 23 pesquisadores de diversos países, incluindo Brasil, foi o primeiro a associar aquecimento global a um evento climático extremo no país, mostrando que as chuvas no Nordeste em maio e junho foram intensificadas por desmatamento e queima de combustíveis fósseis. **PÁGINA 13**

No espelho



— Está olhando o quê, vai encarar???

Relator desiste de mudar PEC para acelerar votação

Sob pressão do Planalto e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o deputado Danilo Forte (União-CE), relator da PEC Eleitoral, desistiu de tentar modificar o texto, para não retardar a votação no plenário da Casa, que deve acontecer amanhã. Oposição quer adiar análise da proposta. **PÁGINA 15**

Congresso derruba vetos e libera R\$ 6,8 bi para cultura

O Congresso revogou os vetos do presidente Jair Bolsonaro às leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que preveem o repasse de R\$ 6,8 bilhões a governos estaduais e municipais para incentivo à cultura. Artistas e produtores culturais foram à Câmara pedir a manutenção das leis. **PÁGINA 11**

Brasília estreia hoje a tecnologia 5G no país

Entenda como funciona e como será a implementação do serviço, que deve chegar a todas as capitais brasileiras até setembro. **PÁGINA 19**

Países divergem sobre necessidade da 4ª dose contra Covid

Comitê técnico do Ministério da Saúde não recomenda a aplicação do segundo reforço contra a Covid a menores de 40 anos, pelos benefícios irrisórios. Mas pasta ainda estuda as faixas que serão contempladas com a quarta dose, cuja necessidade divide países. **PÁGINA 23**

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2022

NÚMERO 21.660 • 26 PÁGINAS • R\$ 3,00

Foto: Minervino Junior/CPA Press



Passageiros do descaso

As longas filas na Rodoviária e ônibus superlotados (fotos) são um retrato do sistema. Apesar da bilionária concessão de subsídios do GDF às empresas, a população sofre com passagens caras, veículos insuficientes e sem manutenção, além de poucas linhas e falta de informações sobre horários e itinerários. Chef de um bar, Danilo Silva, 28 anos, desembolsa R\$ 5,50 toda vez que pega o "busu" para ir de Ceilândia ao trabalho na Asa Norte e na hora de voltar para casa. Ele reclama do preço das viagens. "Esse valor, para ficar em pé, na ida e na volta, é muito caro! Nesses dias, fiquei duas horas na parada, esperando. É muito complicado", desabafa. A rotina da estudante Bruna Andrade, 21, também é exasperadora. Moradora do Vale do Amanhecer, ela tem de pegar quatro ônibus por dia para chegar à UnB. "Para uma aula que começa às 14h, eu preciso sair de casa, pelo menos às 11h", indigna-se.



PÁGINA 13

DF tem caso de raiva humana

Um adolescente está internado na UTI em estado grave. Ele teria sido infectado após ser ferido por um gato. É o primeiro registro de doença em 44 anos na capital federal. Vacinação de animais será intensificada nos próximos dias. PÁGINA 15

O tiro que matou Davi

O rapaz de 17 anos foi baleado acidentalmente por um amigo, em casa, em Ceilândia, enquanto brincavam. A arma pertence a um tio da vítima. PÁGINA 15

Carlos Veiros/CPA Press



A festa do empreendedor

Sebrae festeja 50 anos como o grande apoiador das micro e pequenas empresas. Evento em Brasília reuniu autoridades, como o presidente da entidade, Carlos Melles (foto). PÁGINA 17

Brasil já tem três nas quartas de final



Atlético-MG, de Hulk, Corinthians e Athletico-PR estão classificados na Libertadores. PÁGINA 19

Douglas Magalhães/AFIP

Ed Alencar/CPA Press



Uma pausa para a diversão

Colônias de férias voltam com muitas opções após dois anos de pandemia. Lucas e Letícia (alto) se divertem e aprendem, em Águas Claras. No Caeso (ao lado), o resgate de brincadeiras tradicionais. PÁGINA 18



BRBcard: jogo de prejuízos e inadimplência

Acionistas do Banco de Brasília questionam informações prestadas pela diretoria da instituição sobre o cartão de crédito da parceria com o Flamengo. Dados recentes, mantidos em sigilo pela estatal, apontam calote de 50% nessa operação, que não foi detalhada no balanço de 2021. PÁGINA 8

Tecnologia

UE enquadra as "big techs"

União Europeia aprova legislação para frear poder de gigantes como Meta, Google, Microsoft e Amazon. PÁGINA 7

Pacotação

Votação de PEC vira guerra

Oposição tenta barrar proposta que eleva Audiô Brasil e concede ajuda a caminhoneiros e taxistas. PÁGINA 2

Ed Alencar/CPA Press



"Acredito nessa oposição"

Presidente do PT-DF, Jacy Afonso afirma ao CB.Poder que o candidato Leandro Grass terá desempenho surpreendente nas eleições. PÁGINA 14

Carlini Cesar/Grafica/Divulgação



Entre rimas, risos e melancolia

Novo livro de Noélla Ribeiro, Assim não vale será lançado hoje, no Beirute. PÁGINA 21



A despedida nos palcos

Próximo do fim, Cena Contemporânea oferece boas opções no teatro. PÁGINA 22

Ana Maria Campos

Reguffe dará poder a Paula Belmonte em chapa. PÁGINA 14

Denise Rothenburg

Oposição muda de tática e fica sem relator da PEC. PÁGINA 5

Luiz Carlos Azevedo

PEC da reeleição é retrocesso civilizatório. PÁGINA 3

Samanta Sallum

Mulheres dirigem melhores empresas do Centro-Oeste. PÁGINA 16

Rodrigo Craveiro

Armas e violência não definem homens de bem. PÁGINA 10



9 771808 266042

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .